



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

BREVES COMUNICAÇÕES

Luiz Lima (PL - RJ) - Caracterização da morosidade e parcialidade do Supremo Tribunal Federal pela estátua em frente à sede da Corte, em Brasília, Distrito Federal. Crítica à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permissão da implementação do Programa Bolsa Família e definição de regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023. Expectativa de fiscalização da aplicação dos recursos orçamentários na próxima legislatura. Implementação de mecanismos de ajustes fiscais pelo Governo Jair Bolsonaro.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - Caráter racista, misógino e transfóbico de ministério anunciado pelo Presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Incoerência entre o discurso do petista e a sua prática. Atuação do orador como oposição ao futuro Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

General Girão (PL - RN) - Realização de manifestações no País em protesto contra a vulnerabilidade das urnas eletrônicas e contra o direito à participação nas eleições presidenciais de 2022, em face de manobras jurídicas, do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Homenagem à memória do aviador potiguar Augusto Severo de Albuquerque Maranhão ao ensejo do transcurso do 120º aniversário de seu falecimento e da transferência dos seus restos mortais do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para o Município de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte. Atuação político-ideológica do orador na direita conservadora.

Célio Moura (PT - TO) - Razão da necessidade de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permissão da implementação do Programa Bolsa Família e definição de regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023. Empenho na votação da chamada PEC do Bolsa Família.

Frei Anastacio Ribeiro (PT - PB) - Razão da necessidade de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permissão da implementação do Programa Bolsa Família e definição de regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023.

João Daniel (PT - SE) - Indignação com cortes de recursos orçamentários destinados às universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com a área da educação. Acompanhamento pelo orador, *in loco*, de acidentes ambientais causados por atividades da PETROBRAS no Município de Carmópolis, Estado de Sergipe. Luta do



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

Deputado pela retomada de compromisso da estatal com a soberania nacional e com o meio ambiente. Indignação com cortes orçamentários

Marcel Van Hattem (NOVO - RS) - Posicionamento contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permissão da implementação do Programa Bolsa Família e definição de regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023. Posicionamento contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permissão da implementação do Programa Bolsa Família e definição de regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023. Questionamento aos Senadores e Deputados Federais sobre apoio à matéria.

Charles Fernandes (PSD - BA) - Preocupação com informação divulgada por órgão da imprensa sobre possibilidade de paralisação dos serviços do INSS em face de bloqueio de recursos orçamentários pelo Ministério da Educação. Gestão desastrosa do INSS, com prejuízos aos pensionistas e aposentados do País. Solicitação à Casa de adoção de providências para solução da questão.

Emidinho Madeira (PL - MG) - Agradecimento ao Governador Romeu Zema e ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Coronel PM Rodrigo Sousa Rodrigues, pela formatura de turma de soldados e envio de parte do novo efetivo para Municípios do sul do Estado. Congratulações ao Governo Romeu Zema por investimentos na área de segurança pública, especialmente na Polícia Militar. Importância da participação de cafeicultores em audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural destinada ao debate sobre o impacto das chuvas em Minas Gerais.

Sidney Leite (PSD - AM) - Declaração de voto favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permissão da implementação do Programa Bolsa Família e definição de regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023. Necessidade de destinação de recursos oriundos da arrecadação de tributos em investimentos na melhoria das condições de vida da população carente do Estado do Amazonas. Importância do Programa Bolsa Família para estabelecimento de renda mínima e dignidade a essa população.

José Ricardo (PT - AM) - Necessidade de garantia de recursos para o enfrentamento da fome no País com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre alteração do



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permissão da implementação do Programa Bolsa Família e definição de regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023. Corte de recursos orçamentários pelo Governo Jair Bolsonaro destinados à manutenção e funcionamento das universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Demora na análise de processos para concessão de benefícios pelo INSS. Carência de servidores nas agências do INSS do Estado do Amazonas. Premência de realização de concurso público para o órgão. Prioridade do Presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, à inclusão social e à melhoria das condições de vida da população brasileira.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - Crítica à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permissão da implementação do Programa Bolsa Família e definição de regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023. Declaração de voto contrário à matéria. Impacto inflacionário da proposta.

Carlos Jordy (PL - RJ) - Repúdio imposição de censura a redes sociais de Deputados pelo Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior Eleitoral. Abuso de poder e crimes de responsabilidade cometidos reiteradamente pelo Presidente do TSE, Ministro Alexandre de Moraes. Necessidade de reação do Congresso Nacional contra o autoritarismo do Poder Judiciário.

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - Preocupação com decisões antidemocráticas de Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral. Necessidade de reação do Parlamento diante da imposição de censura e do bloqueio de redes sociais de Parlamentares pelo Poder Judiciário.

Célio Moura (PT - TO) - Denúncia de perseguição praticada pelo Prefeito Paulo Roberto, do Município de Taguatinga, Estado do Tocantins, contra a Presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento São Miguel.

Airton Faleiro (PT - PA) - Necessidade de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023.

Afonso Florence (PT - BA) - Importância para o País da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

com vista à implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023.

Bohn Gass (PT - RS) - Equívoco da aprovação pela Casa da chamada Lei da Terceirização. Defesa de revisão de reformas aprovadas pelo Congresso Nacional. Retorno da miséria, da fome e do desemprego ao País. Necessidade de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023.

Leo de Brito (PT - AC) - Vinculação entre o excesso de gastos públicos na campanha pela reeleição do Presidente Jair Bolsonaro e a inexistência de verbas para pagamento de compromissos do Governo Federal nas áreas da saúde, educação, meio ambiente e previdência social. Expectativa quanto à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023.

Padre João (PT - MG) - Prioridade do Governo Jair Bolsonaro no atendimento dos interesses das Forças Armadas e do mercado financeiro, em detrimento das políticas sociais destinadas às populações em condição de vulnerabilidade. Natureza insana das manifestações em defesa da intervenção militar no País. Conveniência de abertura de processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa para apuração e punição dos Parlamentares apoiadores de atos antidemocráticos.

Bia Kicis (PL - DF) - Usurpação das prerrogativas parlamentares da oradora e de outros Deputados pela determinação do Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, de bloqueio de suas redes sociais. Natureza inconstitucional da atuação do Ministro da Suprema Corte. Apelo aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal de reação firme contra a medida.

Zé Neto (PT - BA) - Mapeamento da situação do País pela equipe de transição do novo governo. Desestruturação do Estado brasileiro pelo Governo Jair Bolsonaro. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023.



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

Bibo Nunes (PL - RS) - Contrariedade do orador à aprovação de proposta relativa à retirada de despesas específicas do teto de gastos. Falta de responsabilidade fiscal do futuro Governo petista.

Guiga Peixoto (PSC - SP) - Esclarecimentos sobre os critérios para a nomeação de Ministro para o Supremo Tribunal Federal. Convite aos Parlamentares para realização de visita aos manifestantes acampados em frente aos quartéis em protesto contra o resultado das eleições presidenciais. Submissão do Congresso Nacional à Suprema Corte com a manutenção da prisão do Deputado Daniel Silveira. Críticas à chamada PEC da Democracia. Apoio à instalação da CPI do Abuso de Autoridade de Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral.

Eduardo Bolsonaro (PL - SP) - Críticas à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023. Perseguição do Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, aos bolsonaristas, evidenciada pelo bloqueio das redes sociais de Parlamentares. Apelo à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2022, para sustação dos efeitos da Resolução s/nº, aprovada em sessão realizada em 20 de outubro de 2022, do Tribunal Superior Eleitoral, no seio do processo de nº 0601570-94.2022.6.00.0000, acerca do enfrentamento à desinformação atentatória à integridade do processo eleitoral.

Alencar Santana (PT - SP) - Caráter antidemocrático da postura de Deputados Caráter antidemocrático do não reconhecimento, por Deputados governistas, do resultado das eleições presidenciais. Ocorrência de massacres com armas de fogo em escolas do País. Tramitação na Casa de projeto de lei de autoria do orador sobre agravamento das penas previstas no art. 242 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA para os responsáveis pelo ensino, orientação ou instrução ao uso e ao manuseio de arma de fogo à criança ou adolescente.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - Elogio ao trabalho realizado pelo Senador eleito do Estado do Maranhão, Flávio Dino, na equipe de transição do novo governo. Expectativa quanto à nomeação da referida autoridade para o cargo de Ministro da Justiça.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - Apagão administrativo no País provocado pelo Governo Jair Bolsonaro, especialmente no INSS e nas universidades públicas. Protesto contra o corte de recursos no setor de saúde. Falta de informações sobre o estoque de vacinas contra a Covid -19. Existência de maioria no Senado Federal para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - Déficit fiscal deixado pelo Governo Jair Bolsonaro. Defesa de pagamento do 14º salário aos aposentados brasileiros.

Benedita da Silva (PT - RJ) - Reinclusão do Brasil ao Mapa da Fome pelo Governo Jair Bolsonaro. Importância da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023.

Marcon (PT - RS) - Dificuldades enfrentadas pelo povo brasileiro em face da falta de atendimento no setor de saúde pública. Apelo ao Governo Jair Bolsonaro para destinação de recursos ao Sistema Único de Saúde — SUS.

Geovania de Sá (PSDB - SC) - Presença na Casa, para participação da cerimônia de entrega da Medalha Amigo da Primeira Infância, da Primeira-Dama do Município de Criciúma, Adriana Salvaro, da Vereadora Roseli de Lucca e da Presidente do Conselho Administrativo da Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma - AFASC, Robinalva Ferreira.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - Apelo aos Parlamentares para assinatura de requerimento de realização de Comissão Geral destinada ao debate sobre a liberdade de expressão e a censura no País, com a presença do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

Carlos Zarattini (PT - SP) - Apagão administrativo no País em face da falta de planejamento do Governo Jair Bolsonaro. Importância da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023.

Jorge Solla (PT - BA) - Alerta da equipe de transição do Governo Luiz Inácio Lula da Silva sobre a situação de desestruturação do Estado brasileiro. Denúncia sobre o uso ilegal e criminoso da Caixa Econômica Federal para compra de votos na eleição de 2022 por meio da concessão de empréstimos consignados do Auxílio Brasil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

Otoni de Paula (MDB - RJ) - Descumprimento de promessa de campanha pelo Prefeito Eduardo Paes, do Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em relação ao percentual de reajuste dos salários para os servidores públicos da municipalidade.

Neucimar Fraga (PP - ES) - Necessidade de atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica na fiscalização dos postes e cabeadamentos instalados nas cidades do País. Apresentação de projeto de lei sobre a criação de serviço, por parte do Governo Federal, de gestão dos cabeadamentos elétricos.

Luizão Goulart (SOLIDARIEDADE - PR) - Pauta de reivindicações encaminhada pelos caminhoneiros autônomos do Brasil à equipe de transição do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Importância do apoio governamental para a criação e fortalecimento das cooperativas de caminhoneiros. Necessidade de revisão da política de preços dos combustíveis praticada pela PETROBRAS.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - Contrariedade da oradora à aprovação, no Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023. Expectativa quanto à suspensão, pelo Supremo Tribunal Federal, do chamado orçamento secreto.

Charles Fernandes (PSD - BA) - Destinação de recursos de emendas de Relator para a maioria dos Municípios brasileiros, em benefício de associações rurais e da agricultura familiar. Sugestão ao Presidente Arthur Lira para distribuição adequada das verbas de tais emendas.

Arnaldo Jardim (CIDADANIA - SP) - Publicação, pelo jornal *Folha de S.Paulo*, de matéria sobre a redução da participação de biocombustíveis na matriz energética nacional. Solicitação à Casa de votação do Projeto de Lei nº 3.865, de 2021, acerca da instituição do Programa de Incentivo à Produção e ao Aproveitamento de Biogás, de Biometano e de Coprodutos Associados - PIBB. Pedido ao Presidente Arthur Lira de votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2022, para sustação dos efeitos do Decreto nº 11.141 de 2022, sobre a alteração do Decreto nº 9.888, de 2019, com vista à deliberação do prazo de comprovação do atendimento à meta anual individual de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis, constante no § 2º, art. 7º, da Lei nº 13.576, de 2017.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023 (PEC do Bolsa Família).

Jorge Solla (PT - BA) - Descumprimento do teto de gastos públicos pelo Governo Jair Bolsonaro. Escândalo da compra de votos para a reeleição do Presidente da República. Não pagamento, pelo Governo Federal, de bolsas de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e de médicos residentes. Suspensão do repasse de recursos orçamentários às universidades federais. Repúdio ao Governo Jair Bolsonaro.

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - Agravamento da pobreza e da fome no Governo Jair Bolsonaro. Comprometimento do Presidente da República com a elite brasileira. Corte de recursos orçamentários destinados às universidades federais, ao setor de pesquisa e inovação e ao abastecimento de água no semiárido nordestino. Descaso governamental com a aquisição de vacinas contra a Covid-19. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023.

Vicentinho (PT - SP) - Apreensão do orador ante a venda de imóveis da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Contrariedade à criação do Programa de Demissão Voluntária - PDI, e de sistema interno para indicação de Superintendentes da ECT. Inadmissibilidade de privatização dos Correios.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - Denúncia de financiamento de obras públicas em Honduras pelo futuro Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Pedido aos Parlamentares de subscrição da proposta de emenda à Constituição, a chamada PEC Anticalote, de autoria do Deputado Stefano Aguiar.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - Inadmissibilidade de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023. Prática de corrupção pelo governo petista.

Neucimar Fraga (PP - ES) - Protesto contra o bloqueio judicial de redes sociais de membros da Casa. Necessidade de reação do Parlamento brasileiro contra excessos cometidos por membros do Supremo Tribunal Federal.

Jorge Solla (PT - BA) - Ampliação pela Casa do debate sobre o teto de gastos públicos. Tentativa do Presidente da República de compra de voto do eleitorado brasileiro com vista à sua reeleição. Gestão desastrosa do Governo Jair Bolsonaro. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023.

Marcel Van Hattem (NOVO - RS) - Imediata instalação da CPI destinada à investigação de abuso de autoridade no âmbito do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - Caráter ditatorial do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Subserviência da Polícia Federal aos delírios do membro da Suprema Corte. Protesto contra o bloqueio das redes sociais do orador. Não manifestação do Presidente Arthur Lira em defesa dos membros da Casa cerceados pelo Poder Judiciário.

Aline Gurgel (REPUBLICANOS - AP) - Convite de engajamento na Campanha do Laço Branco: Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher, lançada pelo Governo Federal em parceria com o Conselho Nacional de Justiça. Transcurso do Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra as Mulheres e do Dia Nacional do Extensionista Rural.

Liziane Bayer (REPUBLICANOS - RS) - Transcurso do 75º aniversário natalício do Missionário RR Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus.

ORDEM DO DIA

Bibo Nunes (PL - RS) - Protesto contra o descompromisso do próximo governo com a responsabilidade fiscal. Contrariedade ao aumento de gastos acima do teto constitucional



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

João Daniel (PT - SE) - Atraso na análise de pedidos de aposentadoria pelo INSS. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com os trabalhadores com direito à aposentadoria. Expectativa de atenção à categoria pelo Presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva.

Marcel Van Hattem (NOVO - RS) - Indagação sobre os Senadores e Deputados apoiadores da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permissão da implementação do Programa Bolsa Família e definição de regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023.

Bibo Nunes (PL - RS) - Protesto contra o bloqueio de redes sociais de Parlamentares pelo Poder Judiciário. Luta contra restrições à liberdade de expressão.

Carlos Zarattini (PT - SP) - Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para ampliação do prazo para o protocolo de solicitação de acesso na distribuidora sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica, e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW (cinquenta megawatts).

Beto Pereira (PSDB - MS) - Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para ampliação do prazo para o protocolo de solicitação de acesso na distribuidora sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica, e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW (cinquenta megawatts).

Carlos Zarattini (PT - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para ampliação do prazo para o protocolo de solicitação de acesso na distribuidora sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica, e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW (cinquenta megawatts).



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para ampliação do prazo para o protocolo de solicitação de acesso na distribuidora sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica, e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW (cinquenta megawatts).

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para ampliação do prazo para o protocolo de solicitação de acesso na distribuidora sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica, e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW (cinquenta megawatts).

Tiago Mitraud (NOVO - MG) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para ampliação do prazo para o protocolo de solicitação de acesso na distribuidora sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica, e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW (cinquenta megawatts).

André Figueiredo (PDT - CE) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para ampliação do prazo para o protocolo de solicitação de acesso na distribuidora sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica, e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW (cinquenta megawatts).

Dr. Frederico (PATRIOTA - MG) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para ampliação do prazo para o protocolo de solicitação de acesso na distribuidora sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica, e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW (cinquenta megawatts)

Beto Pereira (PSDB - MS) - Reiteração de pedido de rejeição do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para ampliação do prazo para o protocolo de solicitação de acesso na distribuidora sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica, e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW (cinquenta megawatts). Defesa de votação do projeto de lei na presente sessão.

Neucimar Fraga (PP - ES) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para ampliação do prazo para o protocolo de solicitação de acesso na distribuidora sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica, e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW (cinquenta megawatts).

Arnaldo Jardim (CIDADANIA - SP) - Crítica ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para ampliação do prazo para o protocolo de solicitação de acesso na distribuidora sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica, e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW (cinquenta megawatts).

Orlando Silva (PCdoB - SP) - Homenagem póstuma ao militante do PSOL Paulo Afonso Agüena.

Isnaldo Bulhões Jr. (MDB - AL) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para ampliação do prazo para o protocolo de solicitação de acesso na distribuidora sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica, e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW (cinquenta megawatts).



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

Lídice da Mata (PSB - BA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para ampliação do prazo para o protocolo de solicitação de acesso na distribuidora sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica, e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW (cinquenta megawatts)

Tereza Nelma (PSD - AL) - Participação do Congresso Nacional na Campanha Laço Branco - Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, atividade integrante da Campanha 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher. Pedido de comprometimento dos Parlamentares com o fortalecimento da Campanha Laço Branco.

Beto Pereira (PSDB - MS) - Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para ampliação do prazo para o protocolo de solicitação de acesso na distribuidora sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica, e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW (cinquenta megawatts).

Bibo Nunes (PL - RS) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW.

Odair Cunha (PT - MG) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW.

Benes Leocádio (UNIÃO - RN) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW.

Carlos Zarattini (PT - SP) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW.

Beto Pereira (PSDB - MS) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW.

Arnaldo Jardim (CIDADANIA - SP) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW.

Paulo Ganime (NOVO - RJ) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW.

Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS - MG) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW.

Danilo Forte (UNIÃO - CE) - Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW.

Arnaldo Jardim (CIDADANIA - SP) - Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW.

Afonso Hamm (PP - RS) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Minas e Energia ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW, ressalvados os destaques.

Carlos Zarattini (PT - SP) - Posicionamento do orador acerca do Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW.

Rodrigo de Castro (UNIÃO - MG) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Minas e Energia ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW, ressalvados os destaques.

Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS - MG) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Minas e Energia ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW, ressalvados os destaques.

Tadeu Alencar (PSB - PE) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Minas e Energia ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW, ressalvados os destaques.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Minas e Energia ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW, ressalvados os destaques.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Minas e Energia ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW, ressalvados os destaques. Protesto contra o contingenciamento de recursos destinados à educação.

Hildo Rocha (MDB - MA) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Minas e Energia ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW, ressalvados os destaques.

Paulo Ganime (NOVO - RJ) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Minas e Energia ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW, ressalvados os destaques.

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Minas e Energia ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas centrais hidrelétricas de até 50 MW, ressalvados os destaques.

Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Minas e Energia ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica; e da Lei nº 14.182, de 2021, para permissão da contratação de parcela da potência destinada à região Centro-Oeste a partir de novas



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

centrais hidrelétricas de até 50 MW, ressalvados os destaques. Insatisfação do orador com a longa fila de espera no INSS para o recebimento de salários e benefícios. Urgente alocação de recursos para o pagamento do Auxílio Brasil.

Marcel Van Hattem (NOVO - RS) - Questão de ordem sobre a necessidade de adoção das medidas necessárias para a criação da CPI do Abuso de Autoridade, destinada à investigação de Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral.

Paulo Ganime (NOVO - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão "e as centrais hidrelétricas até 30 MW caracterizadas como pequenas centrais hidrelétricas (PCH) cuja autorização tenha sido outorgada a partir da vigência deste dispositivo", contida no art. 1º, inciso XIII, da Lei 14.300, de 2022, inserida pelo art. 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica.

Rodrigo de Castro (UNIÃO - MG) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão "e as centrais hidrelétricas até 30 MW caracterizadas como pequenas centrais hidrelétricas (PCH) cuja autorização tenha sido outorgada a partir da vigência deste dispositivo", contida no art. 1º, inciso XIII, da Lei 14.300, de 2022, inserida pelo art. 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão "e as centrais hidrelétricas até 30 MW caracterizadas como pequenas centrais hidrelétricas (PCH) cuja autorização tenha sido outorgada a partir da vigência deste dispositivo", contida no art. 1º, inciso XIII, da Lei 14.300, de 2022, inserida pelo art. 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão "e as centrais hidrelétricas até 30 MW caracterizadas como pequenas



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

centrais hidrelétricas (PCH) cuja autorização tenha sido outorgada a partir da vigência deste dispositivo", contida no art. 1º, inciso XIII, da Lei 14.300, de 2022, inserida pelo art. 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica. Homenagem póstuma ao militante do PSOL Paulo Aguenta, conhecido como Catatau.

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão "e as centrais hidrelétricas até 30 MW caracterizadas como pequenas centrais hidrelétricas (PCH) cuja autorização tenha sido outorgada a partir da vigência deste dispositivo", contida no art. 1º, inciso XIII, da Lei 14.300, de 2022, inserida pelo art. 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica.

Aliel Machado (PV - PR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão "e as centrais hidrelétricas até 30 MW caracterizadas como pequenas centrais hidrelétricas (PCH) cuja autorização tenha sido outorgada a partir da vigência deste dispositivo", contida no art. 1º, inciso XIII, da Lei 14.300, de 2022, inserida pelo art. 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica.

Danilo Forte (UNIÃO - CE) - Encaminhamento da votação do requerimento de destaque supressivo da expressão "sendo que no caso da minigeração a partir de centrais hidrelétricas até 30 MW caracterizadas como PCH este prazo deverá ser de até 30 (trinta) meses", constante do inciso II do Art. 26 da Lei nº 14.300, de 2022, inserida pelo Artigo 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica.

Beto Pereira (PSDB - MS) - Esclarecimento ao Plenário sobre tópico do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica.

Afonso Hamm (PP - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão “sendo que no caso da minigeração a partir de centrais hidrelétricas até 30 MW caracterizadas como PCH este prazo deverá ser de até 30 (trinta) meses”, constante do inciso II do Art. 26 da Lei nº 14.300, de 2022, inserida pelo Artigo 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica.

Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS - MG) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão “sendo que no caso da minigeração a partir de centrais hidrelétricas até 30 MW caracterizadas como PCH este prazo deverá ser de até 30 (trinta) meses”, constante do inciso II do Art. 26 da Lei nº 14.300, de 2022, inserida pelo Artigo 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica.

Tadeu Alencar (PSB - PE) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão “sendo que no caso da minigeração a partir de centrais hidrelétricas até 30 MW caracterizadas como PCH este prazo deverá ser de até 30 (trinta) meses”, constante do inciso II do Art. 26 da Lei nº 14.300, de 2022, inserida pelo Artigo 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão “sendo que no caso da minigeração a partir de centrais hidrelétricas até 30 MW caracterizadas como PCH este prazo deverá ser de até 30 (trinta) meses”, constante do inciso II do Art. 26 da Lei nº 14.300, de 2022, inserida pelo Artigo 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica. Solidariedade aos bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pelo atraso por parte do Governo Federal no pagamento das bolsas de estudo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

Paulo Ganime (NOVO - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão “sendo que no caso da minigeração a partir de centrais hidrelétricas até 30 MW caracterizadas como PCH este prazo deverá ser de até 30 (trinta) meses”, constante do inciso II do Art. 26 da Lei nº 14.300, de 2022, constante do Artigo 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica.

Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão “sendo que no caso da minigeração a partir de centrais hidrelétricas até 30 MW caracterizadas como PCH este prazo deverá ser de até 30 (trinta) meses”, constante do inciso II do Art. 26 da Lei nº 14.300, de 2022, inserida pelo Artigo 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica.

Aliel Machado (PV - PR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão “sendo que no caso da minigeração a partir de centrais hidrelétricas até 30 MW caracterizadas como PCH este prazo deverá ser de até 30 (trinta) meses”, constante do inciso II do Art. 26 da Lei nº 14.300, de 2022, constante do Artigo 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica.

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado do Art. 27 contido no Art. 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica.

Beto Pereira (PSDB - MS) - Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado do Art. 27 contido no Art. 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre alteração da Lei nº 14.300, de 2022, para prorrogação do prazo para solicitação de acesso na distribuidora, sem aplicação de novas regras tarifárias menos vantajosas, às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS - MG) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 27, contido no art. 2º do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre a alteração da Lei nº 14.300, de 2022, e da Lei nº 14.182, de 2021, para os fins especificados.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 27, contido no art. 2º do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre a alteração da Lei nº 14.300, de 2022, e da Lei nº 14.182, de 2021, para os fins especificados.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 27, contido no art. 2º do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre a alteração da Lei nº 14.300, de 2022, e da Lei nº 14.182, de 2021, para os fins especificados.

Tiago Mitraud (NOVO - MG) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 27, contido no art. 2º do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre a alteração da Lei nº 14.300, de 2022, e da Lei nº 14.182, de 2021, para os fins especificados.

Aliei Machado (PV - PR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 27, contido no art. 2º do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre a alteração da Lei nº 14.300, de 2022, e da Lei nº 14.182, de 2021, para os fins especificados.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 27, contido no art. 2º do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre a alteração da Lei nº 14.300, de 2022, e da Lei nº 14.182, de 2021, para os fins especificados.

Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS - MG) - Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do § 1º, art. 27, da Lei nº 14.300, de 2022, na redação do art. 2º do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre a alteração da Lei nº 14.300, de 2022, e da Lei nº 14.182, de 2021, para os fins especificados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do inciso II, art. 4º, do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.703, de 2022, sobre a alteração das Leis de nºs 14.300, de 2022, e 14.182, de 2021, para os fins especificados.

Soraya Santos (PL - RJ) - Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 2.847, de 2022, sobre a alteração das Leis de nºs 12.852, de 2013, (Estatuto da Juventude); 13.819, de 2019, relativa à Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio; 9.394, de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); e 6.259, de 1975, acerca das ações de vigilância epidemiológica, com vista à adoção de ações preventivas de distúrbios psíquicos entre a juventude.

Lucas Gonzalez (NOVO - MG) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.847, de 2022, sobre a alteração das Leis de nºs 12.852, de 2013, (Estatuto da Juventude); 13.819, de 2019, relativa à Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio; 9.394, de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); e 6.259, de 1975, acerca das ações de vigilância epidemiológica, com vista à adoção de ações preventivas de distúrbios psíquicos entre a juventude.

Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA) - Pedido à Casa de aprovação do Projeto de Lei nº 2.847, de 2022, sobre a alteração das Leis de nºs 12.852, de 2013, (Estatuto da Juventude); 13.819, de 2019, relativa à Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio; 9.394, de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); e 6.259, de 1975, acerca das ações de vigilância epidemiológica, com vista à adoção de ações preventivas de distúrbios psíquicos entre a juventude.

Soraya Santos (PL - RJ) - Agradecimento à Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.847, de 2022, sobre a alteração das Leis de nºs 12.852, de 2013, (Estatuto da Juventude); 13.819, de 2019, relativa à Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio; 9.394, de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); e 6.259, de 1975, acerca das ações de vigilância epidemiológica, com vista à adoção de ações preventivas de distúrbios psíquicos entre a juventude. Pedido à Presidência de manutenção, na próxima legislatura, de nova comissão a respeito da prevenção de suicídios entre a juventude brasileira.

Jaqueline Cassol (PP - RO) - Agradecimento à Presidência pela criação do Grupo de Trabalho denominado GT dos Jovens. Agradecimento à Relatora Soraya Santos e aos Parlamentares pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.847, de 2022, sobre a alteração das Leis de nºs 12.852, de 2013, (Estatuto da Juventude); 13.819, de 2019, relativa à Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio; 9.394, de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); e 6.259, de 1975, acerca das ações de vigilância epidemiológica, com vista à adoção de ações preventivas de distúrbios psíquicos entre a juventude.



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sumário da Sessão nº 170.2022

Tipo: Deliberativa Extraordinária
(Semipresencial)

Data: 06/12/2022

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 1.372, de 2022, sobre o monitoramento, pelo Poder Executivo, de ocorrências relativas à violência escolar.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - Ilações extraídas pela equipe de transição do novo governo com relação às áreas de saúde, assistência social, combate à fome e à violência contra as mulheres. Acerto da indicação do Senador eleito, Flávio Dino, para o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Ampliação das populações em situação de pobreza e de extrema pobreza no Brasil, segundo pesquisa do Banco Mundial. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023.

Luiz Lima (PL - RJ) - Aprovação, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, do Projeto de Lei nº 6.525, de 2019, de autoria do orador, sobre a isenção, por cinco anos, da incidência do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados em equipamentos esportivos destinados às competições e ao treinamento de atletas e equipes brasileiros.

João Daniel (PT - SE) - Protesto contra bloqueios e cortes de recursos orçamentários destinados às universidades federais e bolsas de estudo. Natureza ideológica de ataques do Presidente da República ao setor educacional. Pedido à PETROBRAS, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e à Administração Estadual de Meio Ambiente - ADEMA em Sergipe, de providências a respeito de acidentes e danos ambientais provocados pela empresa petrolífera.

Aline Gurgel (REPUBLICANOS - AP) - Comemoração do Dia do Extensionista Rural. Relevância dos trabalhos realizados pela categoria em prol dos pequenos produtores. Congratulações aos Extensionistas Rurais no País, especialmente aos do Estado do Amapá. Aplausos ao Diretor-Presidente do Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, Hugo Paranhos, pelo apoio à agricultura familiar. Inauguração do Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.

ENCERRAMENTO